

11 de Setembro

A resposta europeia

Nuno Severiano Teixeira

Para lá das declarações de solidariedade para com os Estados Unidos, a verdadeira resposta da União Europeia ao 11 de Setembro e à ameaça terrorista foi o reforço da cooperação em assuntos internos e de justiça.

O 11 de Setembro trouxe à evidência uma nova etapa do terrorismo que consagra, definitivamente, a transnacionalização da Segurança e confronta o mundo com esse fenómeno a que Manuel Castells chamou a «guerra rede». Os estrategos militares têm séculos de experiência na guerra contra um Estado. Não têm essa experiência na guerra contra uma rede.

Como se combate, então, uma rede? Transpondo para o plano internacional o modelo interno de matriz criminal poderia dizer-se que a rede se combate ou pode combater-se em dois campos distintos, mas complementares e ambos, igualmente, necessários: o da prevenção e o do combate. A prevenção é, no quadro deste terrorismo transnacional, um fenómeno estrutural, de longo prazo, que se traduz no ataque às suas causas profundas, de natureza económica, social e política: a regulação da globalização, a *good governance*, a reforma das organizações e do sistema internacional.

O combate, pelo contrário, é um fenómeno imediato, de curto prazo e que se traduz na guerra ao terrorismo. E nesse plano imediato da luta antiterrorista, face a uma ameaça de natureza transnacional, nenhum Estado, nem mesmo uma grande potência, tem capacidade, só e por si próprio, de dar uma resposta eficaz. Face a uma ameaça transnacional uma resposta eficaz só poderá vir da cooperação internacional entre Estados na luta contra o terrorismo.

E a Europa? Qual foi a resposta da Europa ao 11 de Setembro de 2001? A primeira resposta foi a de uma onda de simpatia e de solidariedade para com os Estados Unidos, perante o horror do ataque terrorista. A grande maioria dos europeus identificou-se com os americanos. O jornal *Le Monde* titulava «Nous sommes tous Américains». Os europeus sentiram-se também atacados. Sentiram em causa o Ocidente, a Democracia, a sua Segurança. Alguns países europeus, como a Espanha ou a Irlanda, têm eles próprios

a sua guerra contra o terrorismo. E outros guardam do terrorismo uma memória pesada, ainda próxima, como a Itália ou a Alemanha.

Mas será que essa primeira onda de simpatia e solidariedade europeia significou uma resposta única e sem ambiguidades? Seguramente que não. Qual foi, então, a resposta da União Europeia aos acontecimentos de 11 de Setembro? Foi, pelo contrário, uma resposta ambígua e dupla de acordo com as suas diferentes instâncias. Na política externa e de segurança, terá tido a União Europeia uma resposta una, rápida e eficaz? Terão, pelo menos, os ataques de 11 de Setembro tido algum peso na consolidação da política externa europeia? Ao que parece, nem uma coisa nem outra.

É certo que houve unanimidade nas declarações de solidariedade e apoio aos Estados Unidos, que o Senhor PESC transmitiu. É certo, também, que as potências com maior peso diplomático e militar, como a Grã Bretanha, a França e a Alemanha, procuraram aproximar as suas posições. Mas não é menos certo e é, sobretudo, mais significativo que os grandes se tenham reunido, à margem dos seus parceiros, antes do Conselho Europeu de Ghant. E que Tony Blair tenha convidado para jantar em Downing Street os seus homólogos francês e alemão e se tenha visto forçado a fazer convites de última hora e finalmente, a aceitar outros comensais que se convidaram a si próprios. A maioria, porém, ficou de fora. Como disse Timothy Garton Ash a comédia deste jantar ilustra bem o que foi a política externa europeia.

A resposta da União Europeia ao 11 de Setembro não surge, pois, do seu instrumento de política externa e segurança, que não conseguiu uma posição europeia una consistente e coerente e muito menos de um instrumento militar que a suporte e credibilize. A resposta da União Europeia, assentou, sim, num outro instrumento, o da política de segurança interna. Resposta sólida, rápida e eficaz. E mais do que isso, que deixou já marca positiva sobre o aprofundamento da construção europeia. A todo esse processo não é alheia, naturalmente, a visão e o dinamismo político do Comissário da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino.

Há algum tempo que no quadro do chamado “espaço de liberdade de segurança e justiça” a União Europeia vinha trabalhando na luta antiterrorista. O efeito 11 de Setembro conduziu ao reforço das medidas e à aceleração do seu calendário. Assim, nos Conselhos de Justiça e Assuntos Internos, de 20 e 27 de Setembro, o Conselho tomou dois tipos de

medidas necessárias para fazer face à ameaça terrorista transnacional e calendarizou-as, desde logo, como expressão da sua vontade e determinação políticas.

Em primeiro lugar, medidas no âmbito restrito da União Europeia. Em segundo lugar, medidas de cooperação com os Estados Unidos da América. Em relação às medidas aplicáveis à União Europeia, vale a pena distinguir dois tipos: as de carácter legislativo e as de carácter operacional. As medidas legislativas incidem sobretudo, mas não só, no domínio da cooperação judiciária em matéria penal. O relevo vai, naturalmente, para a definição comum de acto terrorista e para o mandato de captura europeu.

As medidas de natureza operacional incidem sobretudo em quatro domínios: a Cooperação Judiciária ; a Cooperação Policial; a Cooperação dos Serviços de Informações e o Controlo de Fronteiras. Todas estas medidas operacionais têm tradução na cooperação bilateral com os serviços homólogos dos Estados Unidos. Esta foi a verdadeira resposta da União Europeia aos acontecimentos de 11 de Setembro. Uma resposta com duplo significado. Primeiro, porque apontou a única estratégia possível na luta contra o terrorismo transnacional: a da cooperação internacional. Segundo, porque significou ela própria, internamente, um passo importante no processo de construção europeia: construção de um espaço comum de liberdade segurança e justiça, que o mesmo é dizer, de cidadania. Continua adiada, para a próxima crise, a presença internacional da União Europeia.